

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ANTONIO DOMINGUES DA COSTA

**ADVOGADOS : FERNANDA GOUVEIA SOBREIRA PEREIRA -
SP242202
JULIANO DOS SANTOS PEREIRA E OUTRO(S) -
SP242212**

AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AGRADO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO ACERVO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. TESTEMUNHOS IMPRECISOS E CONTRADITÓRIOS. AGRADO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 55, § 3o. da Lei 8.213/1991, para comprovação do tempo de serviço de atividade urbana, faz-se necessária a apresentação de início razoável de prova material, corroborado por depoimentos testemunhais.

2. Como consignado pelas instâncias de origem, na hipótese dos autos, o autor busca o reconhecimento do tempo de serviço rural, sem anotação em carteira de trabalho, no período de **1962 a 1968**. A única prova documental apresentada para tal fim foi a sua certidão de casamento, realizado em **1980**, que atesta a sua profissão de tratorista, residente na Fazenda Chimbó.

3. No que diz respeito aos testemunhos colhidos em juízo, restou consignado no acórdão recorrido que seu teor é vago e contraditório, vez que as testemunhas afirmaram que só conheceram o autor após 1968, isto é, após o período de trabalho que busca ver reconhecido.

4. Assim, ante a fragilidade da prova material apresentada e a insuficiência da prova testemunhal para conferir robustez às alegações da parte autora, inviável o reconhecimento do tempo de serviço pleiteado, não merecendo reparos o acórdão recorrido.

5. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr.
Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

